



Administração **PÚBLICA e PRIVADA:** novas tendências em tempos desafiadores rumo a **excelência**

Ingridi Vargas Bortolaso
(Organizadora)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. João Luiz Kovalski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino
Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos
Faculdade Rachel de Queiroz
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Silvia Apª Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

A2381 Administração pública e privada: novas tendências em tempos desafiadores rumo a excelência. / Ingridi Vargas Bortolaso (organizadora)
-- Ponta Grossa: Aya, 2021. 161 p. – ISBN 978-65-88580-43-1

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
DOI 10.47573/aya.88580.2.30

1. Administração. 2. Administração pública I. Bortolaso, Ingridi Vargas. II. Título

CDD: 658.07

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

Apresentação 7

01

Arrecadação de impostos nas principais capitais brasileiras durante a pandemia de covid-19 9

Ivan Viana Araujo Vital

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.1

02

Mudança: processo constante de adaptação das empresas: um estudo de caso em uma indústria alimentícia 32

Alessandra Aparecida Berton Rodrigues

Marcos Aurélio Reinaldim

Sandro Antonio Malinowski

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.2

03

Fronteira abandonada, tráfico liberado e violência disseminada 43

Judson Barros

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.3

04

Licenciamento, parâmetros para lançamento de efluentes industriais em corpos hídricos e crime de poluição ambiental: diálogos necessários à responsabilidade penal subjetiva 64

Fabiane Camila Maboni

Fábio Ivan Seibel

Viviane Lemes da Rosa

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.4

05

Implantação do parque científico e tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná: um estudo de caso..... 85

Patricia Gava Ribeiro

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.5

06

O uso de aplicativos governamentais como instrumento de desenvolvimento democrático na percepção dos moradores do município de Guarabira/PB 105

Daniel Medeiros de Oliveira

Jackson Miguel de Souza

Rivaldo Damacena Ramos

Antônio Cavalcante da Costa Neto

Luciana Maria Moreira Souto de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.6

07

O papel da comunicação gerencial na execução do planejamento estratégico de uma empresa 133

Erivaldo Gonçalves de Oliveira Junior

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.7

08

A gestão do conhecimento e o processo do aprendizado organizacional no SENAC/RS 138

Fábio Giulian Marques

Ingridi Vargas Bortolaso

Patricia Inês Schwantz

DOI: 10.47573/aya.88580.2.30.8

Índice Remissivo 156

Organizadora 160

Apresentação

A administração é um assunto abrangente e fascinante tanto na esfera pública quanto privada. A administração visa identificar o melhor uso para os recursos e competências organizacionais. Nos últimos anos, o campo da administração tem experimentado notável avanço na produção científica enraizada nas características brasileiras de mercado, de regulamentação e competitividade. Além disso, ocorreram avanços em campos significativos que compõem o estudo da administração. Assim, este livro é o resultado de uma cuidadosa seleção de artigos que interpreta a administração em seus diferentes prismas contribuindo para uma visão clara e concisa dos estudos da área.

O vasto escopo do livro permite ao leitor desenvolver uma leitura atenta conectando teoria e práticas. Apesar das inúmeras vantagens desta abordagem abrangente, o livro é dirigido àqueles que já possuem um conhecimento na área.

Nesta obra, o primeiro capítulo se preocupa em apresentar um estudo recente que tem como pano de fundo a Pandemia do COVID-19. Assim, o capítulo avalia a arrecadação dos impostos de competência municipal nas 10 maiores capitais brasileiras no ano de 2020.

O segundo capítulo enfoca o papel da mudança. No atual cenário, as mudanças são constantes. Desta forma, o capítulo releva em detalhes o caso de mudança promovida em organização industrial tradicional do setor de produção de alimentos.

O terceiro capítulo mergulha na administração pública mostrando a omissão do estado como política pública de enfrentamento ao tráfico de drogas frente a organização do narcotráfico na fronteira Peru, Bolívia e Acre considerando as implicações com a violência urbana no referido Estado brasileiro.

O quarto capítulo lança luz a outra temática latente no campo da administração: proteção do meio ambiente. Assim, o capítulo apresenta uma discussão sobre legislação, direitos e deveres.

O quinto capítulo apresenta a implantação do parque científico e tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A criação de instituições que fomentem a inovação é essencial para buscar novas soluções para problemas atuais. Adicionalmente, o capítulo descreve o processo de interação entre governo, empresas e universidade, criando um habitat de inovação.

O sexto capítulo apresenta um estudo que investiga a efetividade do uso de aplicativos governamentais no município de Guarabira como instrumento de desenvolvimento democrático na percepção dos moradores.

O sétimo capítulo demonstra a necessidade da comunicação gerencial e do planejamento estratégico em uma empresa. Assim, o capítulo evidencia o quanto o planejamento estratégico, a comunicação gerencial e a saúde da empresa estão interligadas.

O oitavo capítulo descreve a gestão do conhecimento e o processo do aprendizado or-

ganizacional no SENAC/RS. O artigo identifica fatores propulsores da gestão do conhecimento e caracteriza como ocorre a apropriação, disseminação e o uso de conhecimento nas Unidades participantes do SENAC/RS.

A partir da análise dos capítulos, pode-se mencionar que o livro apresenta tópicos como: gestão da mudança, inovação, sustentabilidade ambiental, gestão do conhecimento, planejamento estratégico, políticas e práticas em gestão pública.

Boa Leitura!

Prof.^a Dr.^a Ingridi Vargas Bortolaso

Fronteira abandonada, tráfico liberado e violência disseminada

Abandoned border, liberated trafficking and widespread violence

Judson Barros

Delegado da Polícia Civil do Acre. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela UNIFAP. Professor do IEJUR – Instituto de Estudos Jurídicos. Aprovado em concurso público para o cargo de Delegado de Polícia Civil do Piauí. Professor de Direito Ambiental da UNIFAP (2014-2019).

Resumo

Este trabalho propõe uma discussão sobre o tráfico de pasta base de cocaína e outras drogas derivadas na região fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia considerando as implicações com a violência urbana no referido Estado brasileiro. A pasta base de coca serve de matéria prima para a produção de cocaína e outras drogas (crack, merla, oxi). A região de fronteira internacional no Acre compreende uma extensão que vai do município de Acrelândia a Mâncio Lima, envolvendo 18 municípios e dois países sul-americanos produtores de pasta base de cocaína. Esta espaço de fronteira, carente de condições básicas para combater o negócio do tráfico, é uma das portas de entrada da cocaína no Brasil destinada ao mercado interno e exportação para Europa e Estados Unidos. Duas rotas são utilizadas a partir do Acre para fazer o escoamento da cocaína e da pasta base, uma em direção a Manaus-AM para ser encaminhada à Venezuela, de onde segue para o México e Estados Unidos. A outra toma o destino da BR 364, sendo levada para o interior de São Paulo, e depois distribuída para os mais diversos Estados do Brasil. O tráfico na fronteira está relacionado diretamente com a violência urbana e a criminalidade no Acre. As facções narcocriminosas Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC,) e Bonde dos 13 (B13) disputam a hegemonia do controle do tráfico na fronteira e dos pontos de venda de cocaína e crack nas cidades do Acre, contribuindo decisivamente para uma condição de criminalidade e insegurança. PCC e CV são facções criminosas ligadas a organizações terroristas e partidos políticos de esquerda que coordenam o narcotráfico no Brasil, com vista ao mercado consumidor interno e à exportação. O Brasil tem um papel de extrema importância na rede americana do narcotráfico, pois produz matéria prima para a produção da droga, tem um extraordinário mercado consumidor, é um excelente país para a lavagem de dinheiro e representa um importante corredor de exportação de cocaína. Fazem parte da rede americana do narcotráfico os seguintes países: Brasil, Venezuela, Bolívia, Peru, Colômbia, Cuba e México.

Palavras-chave: drogas. políticas públicas. fronteira. amazônia. partidos políticos.

INTRODUÇÃO

Generalidades sobre tráfico de drogas na fronteira do Acre (Brasil) com o Peru e a Bolívia

A cocaína é um alcaloide derivado das folhas de coca (*Erythroxylon coca*), planta originária dos altiplanos andinos da América do Sul. Bolívia, Peru e Colômbia são os principais produtores da folha de coca e por conseguinte de pasta base de cocaína, a matéria prima para a produção de várias drogas: em forma de pó (cloridrato de cocaína), merla, oxi e crack. A cocaína tem a denominação química de benzoilmetilecgonina ou éster do ácido benzoico.

A inexistência de uma política pública de segurança eficaz na fronteira do Acre, Brasil com a Bolívia e o Peru, dois dos principais países produtores mundiais de cocaína, é uma das causas do tráfico de drogas na região. Sem vigilância e controle, o tráfico de pasta base e derivados impera, contribuindo de forma decisiva para a proliferação da criminalidade no Acre, particularmente em Rio Branco, a capital do Estado.

O Brasil tem papel fundamental no contexto do tráfico sul americano e mundial, pois é um grande consumidor de cocaína e serve também como corredor de exportação para o mundo. São duas as rotas do tráfico a partir do Acre. Uma segue para o Estado de Roraima, passando pelo Estado do Amazonas, com destino a Venezuela e, em seguida Cuba, para ser destinada à Europa e Estados Unidos. Outra segue pelo Estado de Rondônia com destino ao comércio do Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. Parte da cocaína enviada ao Sudeste chega ao mercado consumidor, outra é direcionada aos portos brasileiros do Nordeste com destino à Europa, sendo a Espanha a principal porta de entrada da cocaína para este mercado consumidor.

Uma das causas, seguramente a mais relevante, da violência urbana no Brasil, tem se mostrado como sendo uma consequência lógica do acesso e da facilidade ao consumo de drogas. O Estado acreano está inserido nesta dinâmica social, apresentando altos índices de violência urbana e criminalidade em todos os municípios decorrentes de um acentuado consumo de cocaína e crack.

A facilidade com que a droga entra no País está relacionada à falta de políticas públicas nas fronteiras, em particular voltadas para a área de segurança pública. Na fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru as políticas públicas, de maneira geral, são quase inexistentes. Na área de segurança pública a situação é ainda mais combalida, apresentado um insignificante aparato estatal nos âmbitos federal, estadual e municipal para combater o tráfico e a criminalidade. A presença de órgãos públicos encarregados de combater o tráfico de drogas (cocaína, pasta base, merla, oxi, crack) é precário e de baixa eficiência.

Na cidade de Rio Branco, capital do Acre, a situação de violência em decorrência do tráfico de droga é bastante evidenciada. Desde o ano de 2015 os índices de criminalidade no Estado têm se mostrado como os maiores do Brasil, causando uma sensação de insegurança altíssima. Facções criminosas participam da venda e distribuição de cocaína e outras diferentes drogas, contribuindo para uma situação permanente de guerra pelo controle dos pontos de vendas, isto é, as bocas de fumo.

No Acre, três facções narcocriminosas rivalizam pelo controle da droga para o mercado

consumidor: PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho) e B13 (Bonde dos Treze), uma dissidência do PCC. Esta situação acontece em todo Estado, sendo mais evidenciada na Capital. Parte das cidades do Estado apresentam altos índices de violência acima da média nacional, consequência do tráfico de cocaína, crack e outras drogas.

A guerra entre as facções criminosas reflete de forma direta e negativa na sensação de insegurança nas cidades, pois contribuem decisivamente para a ocorrência de diversos crimes relacionados ao patrimônio e à vida, sendo os principais o roubo, o furto, o latrocínio e o homicídio.

No Acre se observa altas taxas de homicídio, que muito reflete a criminalidade existente. O Atlas da Violência 2019 apresenta as seguintes taxas de homicídio, para cada 100 mil habitantes: Rio Branco (85,3), Porto Acre (80,2), Assis Brasil (57,3) e Senador Guimard (51,0), Cruzeiro do Sul (64,1) e Feijó (54,9).

A maioria dos homicídios no Estado tem relação com os confrontos entre as facções criminosas Comando Vermelho (CV) contra a união do Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Bonde dos Treze (B13), numa disputa por rotas de escoamento das drogas no Estado e pelo controle dos pontos de vendas, as bocas de fumo.

A falta de políticas públicas no combate ao tráfico de drogas na fronteira do Acre (Brasil) com a Bolívia e o Peru transformou essa região em uma ótima opção para o tráfico de cocaína e de pasta base. Como a atividade de repressão ao narcotráfico é bastante precária, as facções criminosas brasileiras relacionadas com o tráfico migraram para a região, apoiadas por organizações terroristas e partidos políticos.

O tráfico nesta área de fronteira é feito de diversas formas, por meio aéreo, terrestre e hidroviário. Pelo fato do trânsito na fronteira ter caráter de liberalidade e sem fiscalização não existem dificuldades para a realização do escoamento da cocaína e outras drogas por qualquer um dos meios.

O modal aéreo emprega aviões de pequeno porte com utilização de aeroportos clandestinos ou o arremesso da droga (cocaína ou pasta base) dentro de embalagens lacradas em locais previamente determinados para posterior recolhimento; o terrestre faz uso de pessoas que carregam a droga em mochilas e atravessam a fronteira (as mulas do tráfico) como também a utilização de automóveis que circulam livremente entre os países, sem qualquer controle ou vigilância; o hidroviário utiliza canoas de pequeno porte com motores de popa, conhecidas como rabetas, e embarcações de maior porte que transportam mercadorias e pessoas. A malha hidroviária do Estado, o modal de controle mais complexo, contribui decisivamente para o tráfico de cocaína; neste caso a fiscalização é muito precarizada, quase inexistindo atividade estatal de fiscalização e repressão.

Medidas de combate apenas no sentido de debelar o tráfico de cocaína e outras drogas no comércio varejista, isto é, atuação nas bocas de fumo, não têm se mostrado como um modelo de política pública eficiente, não oferecendo apoio mínimo para a diminuição da atividade narcotraficante nos centros urbanos, como também não contribuindo para a repressão ou prevenção do tráfico fronteiriço.

O tráfico que ocorre na fronteira do Brasil permite a introdução da cocaína que será

distribuída nos centros urbanos para consumo e destinada aos portos brasileiros rumo a outros países. A falta de políticas públicas efetivas de repressão e de prevenção na região fronteira é a causa determinante para a entrada da pasta base de coca e derivados, representando uma das principais causas da criminalidade no Brasil.

A fronteira do Brasil (Acre) com o Peru e a Bolívia representa um dos principais espaços geográficos na América do Sul em que o ingresso da droga no Brasil é grandioso e acontece de modo tranquilo, não causando qualquer tipo de dificuldade para os traficantes e empreendedores.

A Bolívia e o Peru são na atualidade dois dos maiores produtores mundiais de cocaína. Estes países adotam políticas públicas que visam incentivar a produção de folha de coca, com a alegação de que o cultivo da planta representa um aspecto cultural. Fato notório é que quase a totalidade da produção da folha de coca é destinada para a fabricação de pasta base de cocaína que agrega valor extremamente superior ao da folha de coca para utilização cultural (fazer chá ou mascar). O comércio da cocaína nestes dois países tem grande importância econômica, gerando emprego e renda, contribuindo significativamente para o PIB, pois o dinheiro da cocaína é lavado ou até mesmo introduzido na economia formal por meio de empresas diversificadas que atuam regularmente.

A relação entre o consumo de drogas e o aumento da violência nos centros urbanos envolve múltiplas variáveis, onde se inserem a segurança pública e o tráfico de drogas. O Acre representa um componente fundamental para o tráfico de cocaína e pasta base de coca, doméstico e internacional, em decorrência de não possuir políticas públicas essenciais na região de fronteira, sendo que a violência urbana no Estado decorre, em parte, deste fato.

O NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DO ACRE

A fronteira internacional brasileira acreana tem 2.230 km de extensão, sendo 30% (670 Km) com a Bolívia e 70% (1.560 Km) com o Peru.

O Estado do Acre tem 22 municípios, sendo que Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guimard e Tarauacá não fazem fronteiras com a Bolívia ou Peru. Esta vasta fronteira, sem controle efetivo e escancarada ao crime, representa a principal porta do tráfico de cocaína e pasta base na região.

A ligação por rodovia do Acre (Brasil) com a Bolívia é feita na fronteira das cidades de Epitaciolândia e Brasileia com Cobija, capital do departamento de Pando da província de Nicolás Suárez. A ligação por rodovia do Acre (Brasil) com o Peru é feita pelas cidades de Assis Brasil-AC e Iñapari, a capital da Província de Tahuamanu, no Departamento de Madre de Dios.

Assis Brasil, Iñapari e Bolpebra fazem parte da tríplice fronteira: Brasil, Peru e Bolívia. Bolpebra é uma localidade boliviana da província de Nicolás Suárez, no departamento de Pando.

O Brasil (Acre), através da rodovia Interoceânica ou do Pacífico mantém ligação aos portos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona no Oceano Pacífico.

A rodovia Interoceânica teve um custo de US\$ 890 milhões, e o Brasil entrou com US\$ 700 milhões, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BN-

DES). O Consórcio Conirsa, liderado pela Construtora Odebrecht foi responsável pela obra.

A estrada do Pacífico ou Interoceânica é uma obra que faz parte do “Eixo Peru-Bolívia-Brasil” da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que tem como objetivo estimular a integração econômica, política e sociocultural da América do Sul.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) representa um programa governamental dos 12 países Sul-americanos com vista a promover, por meio de ações conjuntas, a integração através da ligação física, o desenvolvimento e modernização da infraestrutura de telecomunicações, energia, transporte.

Na região de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima não existe rodovia fazendo ligação com o Peru, sendo o meio hidroviário a forma de estabelecer as relações comerciais e o trânsito de pessoas.

O Brasil tem uma grande importância na dinâmica do tráfico de drogas na região sul-americana. É considerado um país de ciclo completo para o tráfico, no qual internamente ocorrem a produção, a venda e o consumo de drogas, além do uso do sistema financeiro local para a lavagem de dinheiro gerado por esta atividade ilícita. (DREYFUS, 2009)

Na América do Sul estão os maiores produtores de cocaína do mundo, Bolívia, Peru e Colômbia. As relações estabelecidas entre a criminalidade, a produção e o consumo de cocaína podem ser notadas em todos estes países como também no Brasil, que é importante centro beneficiador e comercializador de droga.

A América do Sul, como o continente responsável pela produção e elemento chave para o tráfico, tornou-se referência na atividade comercial da cocaína. O Brasil não é apenas um país de trânsito, mas também um importante centro consumidor de cocaína proveniente da Colômbia, Peru e Bolívia. (DIAS, 2013)

Na área de fronteira internacional do Acre o sucateamento do aparato policial é evidente, até mais que no restante do Estado. Tal fato se caracteriza com a observação de que a presença policial é insignificante, o que muito contribui para um o tráfico sem perturbações de qualquer ordem.

As organizações criminosas, PCC (Primeiro Comando da Capital) e CV (Comando Vermelho), que atuam no Estado do Acre, miram especificamente o domínio da região de fronteira por onde entra a cocaína para ser consumida no Brasil e para o mercado internacional. A implantação destas facções criminosas no Estado ocorreu a partir do ano 2010, quando se intensificou a disputa pelo controle da fronteira nos Estados do Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A fronteira do Acre com os países produtores de cocaína por estar em quase completo abandono, não dispondo de políticas públicas de prevenção e repressão ao narcotráfico, ofereceu as condições ideais e fez com que o PCC (Primeiro Comando da Capital) e CV (Comando Vermelho) se organizassem no Estado tendo em vista um mercado de cocaína mais promissor, sobretudo no que diz respeito à introdução da droga no País.

O mercado consumidor de cocaína e crack no Acre é insignificante no que se refere a ganhos econômicos e se comparado a outros centros. O poder aquisitivo e o contingente po-

pulacional do Estado não oferecem condições de consumo para que seja auferido expressivo faturamento.

Segundo o IBGE, a população estimada do Acre para o ano de 2020 foi de 894 mil habitantes, sendo que por volta de 413 mil habitantes estão em Rio Branco, a capital do Estado. O rendimento nominal mensal domiciliar per capita é de R\$ 890,00.

O domínio do comércio varejista de cocaína e crack nos centros urbanos, em particular de Rio Branco, é de fundamental importância para o controle do tráfico na fronteira por partes das facções criminosas organizadas no Estado.

No Acre, a região fronteira internacional, em situação de isolamento e padecendo da falta de efetivas políticas públicas, contribui decisivamente para a ocorrência dos mais diversos tipos de ilícitos, incluindo o tráfico de cocaína que representa a principal atividades do crime organizado.

O tráfico fronteiriço ocorre diariamente e sem preocupação por parte dos criminosos, que se aproveitam da negligência estatal, para contrabandear a matéria-prima utilizada na fabricação da droga, como também introduzir a cocaína que é vendida em território brasileiro e destinada a outros países.

O NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA COM A BOLÍVIA

Na região de fronteira compartilhada com a Bolívia, devido ao grande fluxo de atividades ilegais, tem destaque a questão do tráfico de cocaína e derivados da pasta base de coca. O país andino é um dos grandes produtores de cocaína da América do Sul e um dos principais exportadores da droga para o Brasil. (Castro, 2019)

O Acre tem vinte e dois municípios, sendo que dezoito deles fazem ligação com o Peru e a Bolívia. O Estado tem 670 km de fronteira com a Bolívia, abrangendo os municípios de Acrelândia, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil. Na Bolívia corresponde às províncias de Nicolás Suárez e Abunã, no departamento de Pando.

O país andino é um dos maiores produtores de cocaína da América do Sul. Esta imensa capacidade produtiva da Bolívia se deve essencialmente aos incentivos governamentais, sobretudo por instrumentos legais, para a produção da folha de coca, a matéria prima para a produção da cocaína. O governo Evo Morales foi o maior incentivador na produção de cocaína na Bolívia, expandido enormemente a área plantada de coca no país.

A proximidade entre Brasil e Bolívia facilita o fluxo do tráfico de cocaína e pasta base. A maior fronteira terrestre brasileira é compartilhada com a Bolívia, assim como a do território boliviano é aquela compartilhada com o Brasil. Três dos maiores departamentos bolivianos fazem divisa com Estados brasileiros: Pando (Bolívia) faz divisa com o Acre e Rondônia (Brasil); Beni (Bolívia) faz divisa com Rondônia; e Santa Cruz (Bolívia) faz divisa com Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Brasil) (SCHULTZE-KRAFT, 2010).

A fronteira entre Brasil e Bolívia possui 3.100 km, correspondendo aos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A fronteira do Acre com a Bolívia é de 670 Km abrangendo desde o município de Acrelândia até Assis Brasil. Os municípios do Acre que fazem

que fazem fronteira com a Bolívia são: Acrelândia, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil. Neste último está a tríplice fronteira entre Brasil (Acre), Bolívia e Peru denominada de fronteira da cocaína do Acre com a Bolívia e o Peru ou fronteira da cocaína do Alto Acre.

A questão das drogas na Bolívia está intrinsecamente relacionada ao cultivo folha de coca, com o argumento de que o plantio e consumo é um elemento cultural inerente na sociedade boliviana. Todavia, quase a totalidade da folha de coca produzida é utilizada para a produção de pasta base e, apenas uma ínfima quantidade é utilizada para fazer chá ou mascar.

A cocaína e outras drogas derivadas da folha de coca, produzidas na Bolívia, é introduzida no Estado do Acre sem qualquer forma de controle. Na fronteira do Acre (Brasil) com a Bolívia políticas públicas de prevenção e repressão ao tráfico são quase inexistentes. Nos municípios acreanos desta fronteira há apenas uma Delegacia da Polícia Federal na cidade de Epitaciolândia. A presença das Polícias Civil e Militar na região é diminuta. Agregado à falta de agentes policiais, a ausência de políticas públicas gerais representa outro fator que contribui para o tráfico de cocaína na fronteira com a Bolívia.

O tráfico de cocaína nesta fronteira é feito basicamente pela malha rodoviária por meio de carros e motos, contudo aviões de pequeno porte são também utilizados. A cocaína que entra pela fronteira com a Bolívia tem como destino a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, de onde é encaminhada para a Venezuela. Outra parte desta droga tem como destino as regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil.

O NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA COM O PERU

Os municípios acreanos limítrofes aos Departamentos peruanos de Madre de Dios, Ucayali e Loreto perfazem uma fronteira de 1.560 km, mais de duas vezes a extensão da divisa entre Acre (Brasil) e Bolívia.

Os municípios do Estado do Acre que fazem fronteira com o Peru são: Assis Brasil, Sena Madureira, Manuel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Valter, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima. É a denominada fronteira da cocaína do Acre com o Peru ou fronteira do Juruá.

O Peru, desde o ano de 2011, tornou-se o maior produtor mundial de cocaína com o aumento substancial do cultivo da folha de coca. As causas dessa expansão se encontram na debilidade institucional, na omissão do Estado em políticas públicas essenciais e na participação do Sendero Luminoso no controle do narcotráfico. Esta omissão geral do Estado tem por fim criar as condições necessárias para a efetivação da produção e beneficiamento da folha de coca para a produção de cocaína e outras drogas derivadas da pasta base. Nesta perspectiva, torna-se evidente que o Estado é o maior incentivador deste processo produtivo, já que esta atividade tem uma grande importância econômica para o produto interno bruto do país.

Para o Sendero Luminoso, o tráfico de cocaína e de pasta base de coca é ainda mais relevante, pois é com o dinheiro do tráfico que o grupo terrorista incrementa as suas ações e financia a sua política de expansão.

O Sendero Luminoso é uma organização terrorista de ideologia comunista que utiliza

o narcoterrorismo como a sua principal forma de atuação e fonte de financiamento. Controla a plantação da folha de coca para a produção de cocaína em parte significativa do Peru. O dinheiro obtido pelo Sendero Luminoso com a venda de cocaína, produzida com trabalho escravo, tem por fim a aquisição de armas para a promoção do terrorismo no Peru em busca da implantação de um Estado socialista. Na cena política o Sendero Luminoso é representado pelo Partido Comunista do Peru – Pcdp-SL (Partido Comunista do Peru – Sendero Luminoso).

A cocaína e outras drogas derivadas da folha de coca, produzidas no Peru, entram no Estado do Acre sem qualquer forma de contenção. Na fronteira do Acre (Brasil) com o Peru políticas públicas de prevenção e repressão ao tráfico são quase inexistentes. O município de Cruzeiro do Sul tem a segunda maior população do Acre e apresenta a melhor infraestrutura na região; nesta cidade, a Polícia Federal tem uma Delegacia que funciona de maneira precária, com baixo contingente de pessoal como também escassos meios materiais. A presença das Polícias Civil e Militar na região é insignificante. Agregado à falta de agentes policiais, a falta de políticas públicas gerais representa outro fator que contribui para o tráfico de cocaína na fronteira com o Peru.

O tráfico de cocaína nesta região é feito basicamente pela malha hidroviária, todavia aviões de pequeno porte, carros e motos são também utilizados. A cocaína que entra pela fronteira com o Peru tem como principal destino a cidade de Manaus-AM, de onde é encaminhada para a Venezuela e distribuída para outros Estados brasileiros da região Norte e parte do Nordeste do Brasil.

A OMISSÃO DO ESTADO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO AO TRÁFICO DE DROGAS

Para facilitar o tráfico de drogas o Estado se mantém omissivo na efetivação de políticas de prevenção e repressão de modo proposital. Neste caso não há uma especificidade para o Estado do Acre, sendo que este comportamento omissivo tem relação com os governos em quase todos os entes federativos. O Estado atua com o fim de garantir a efetividade do tráfico por meio da omissão, com utilização de diversos processos, sendo o sucateamento das polícias o principal. O negócio do tráfico de drogas rende dividendos para todos: políticos, empresários, agentes públicos e traficantes. É um negócio da China.

A omissão dos entes federativos, União, Estado do Acre e municípios do Acre, repousa na falta de políticas públicas nesta região de fronteira. Há uma deficiência em políticas públicas de forma geral, tais como educação, saúde, geração de emprego e renda e, em particular, nas de segurança pública. O aparato estatal na região de fronteira para reprimir e prevenir o tráfico é insignificante. Há uma grande carência de recursos materiais, humanos, financeiros, técnicos e administrativos, que contribuem decisivamente para o tráfico de pasta base e cocaína, gerando uma situação de muita insegurança na região e nas zonas urbanas do Estado.

Na região da fronteira peruana com os municípios do Juruá existe apenas uma delegacia de Polícia Federal na cidade de Cruzeiro do Sul; não existe a presença do Exército Brasileiro, tampouco da FAB – Força Aérea Brasileira ou da Marinha Brasileira; a presença da polícia civil e da militar é precária na região. Na cidade de Assis Brasil existe um destacamento do Exército Brasileiro, o 2º Pelotão Especial de Fronteira.

A Polícia Rodoviária Federal no Estado do Acre tem apenas 2 postos de fiscalização, um em Rio Branco, a capital do Estado e outro no município de Xapuri, sendo que este encontra-se desativado. De Rio Branco a Mâncio Lima não há nenhum posto da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias federais é feito de formas esporádica no entorno de Rio Branco.

Como não há fiscalização, quer seja por terra, aérea ou pelos rios, o tráfico de cocaína é livre e desimpedido, atuando de modo tranquilo, sem qualquer ação estatal que possa causar algum tipo de prejuízo ao negócio.

Na atualidade, estima-se que o comércio do tráfico de drogas no mundo movimentava a cifra de 400 bilhões de dólares anualmente. No Brasil, a estimativa é de que o tráfico movimentava por volta de 20 bilhões de reais anualmente. O tráfico de drogas está associado ao tráfico de armas que representa outro negócio bastante lucrativo.

Segundo a UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ou Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, o número de pessoas em todo o mundo, no ano de 2020, que usam drogas ao menos uma vez gira em torno de 275 milhões, ou cerca de 5,6% da população global. Isto representa um mercado consumidor formidável e extraordinariamente lucrativo.

As organizações criminosas CV (Comando Vermelho) e PCC (Primeiro Comando da Capital), ligadas ao tráfico de drogas no país, estão intimamente conectadas a interesses políticos partidários. Uma parte bastante significativa do dinheiro do tráfico é direcionada ao financiamento de campanhas políticas em todos os níveis, municipal, estadual e federal. Daí o desinteresse dos agentes políticos detentores de mandato e de agentes administrativos em combater o tráfico de drogas, em particular de cocaína, porquanto é o que proporciona melhor lucratividade. Ainda há casos em que agentes públicos e políticos estão no controle do negócio e utilizam testa de ferro na condução do tráfico de drogas e na prática de outros crimes, como roubo a bancos e a pistolagem.

De acordo com a UNODC, a estimativa da fabricação ilícita global de cocaína chega por volta de 2.000 toneladas em por ano. O preço das drogas, derivadas da pasta base (cocaína, crack, merla, oxi), por exemplo, depende do tipo de comércio, se varejista ou atacadista. O preço de 1 Kg de pasta base na Bolívia e no Peru, no atacado, é de 5 a 8 mil reais. Na Colômbia este preço é superior, chegando a 3 mil dólares (por volta de 12 mil reais).

Quando a pasta base é refinada em cocaína, o preço no atacado passa a ser de 20 a 25 mil reais por Kg no Brasil. Esta droga ao entrar no mercado da Europa e dos Estados Unidos o preço varia de 40 a 100 mil dólares por Kg no atacado. No Japão a cocaína tem um imenso valor agregado podendo chegar a 300 mil dólares por Kg no atacado. Na Espanha, o preço de 1 Kg de cocaína, se vendido no varejo, chega a 246 mil reais; no atacado, o valor pode chegar a 160 mil reais (ou 38 mil dólares). Na Áustria, 1 grama de cocaína no varejo chega ao preço de 100 euros. Na Europa, o valor mais caro da cocaína no atacado é encontrado na Finlândia, onde o preço por Kg da droga chega a 77,5 mil dólares no atacado. Na Finlândia, a droga é vendida no varejo por 100 dólares o grama.

Com 1 quilograma de pasta base de coca é possível se produzir em média 8 Kg de cocaína (cloridrato de cocaína). O crack, merla e oxi são drogas obtidas nas primeiras fases de

separação da pasta base, a partir do processamento das folhas da planta ou como subproduto da pasta base.

A logística do tráfico de drogas no Brasil, passando pelo ingresso, a distribuição e consumo interno, como também a destinada para exportação possui um processo organizacional complexo, só sendo possível com a participação das estruturas do Estado, envolvendo agentes detentores de cargos públicos nos mais diversos níveis e, em especial, agente políticos detentores de cargos eletivos. Junto aos agentes públicos e políticos uma rede empresarial atua em todos os níveis, desde produção, distribuição e lavagem de dinheiro.

O Brasil apresenta características de um verdadeiro narcoestado, pois na cadeia do tráfico de drogas a engrenagem do Estado está presente em todas as fases, desde a produção, distribuição e lavagem de capitais. O narcoestado é o ente que oferece as condições necessárias para efetivação no narcotráfico por meio de um processo de ação ou omissão, sendo que na área de segurança, a omissão é a via preferencial. Ocorre também a participação ativa de agentes públicos administrativos e políticos por meio de ações específicas que visam contribuir com o tráfico de drogas.

A droga enviada à Venezuela, pelo corredor Acre–Amazonas–Roraima, envolve grande logística e, necessariamente, precisa da colaboração de agentes estatais, políticos e gestores públicos, que participam da administração dos Estados.

O sucateamento das polícias em todos os níveis de governo é a principal forma de contribuição do Estado para oferecer as condições adequadas para a dinâmica do narcotráfico. Com a omissão, o narcotráfico ocupa o lugar do Estado, fornecendo políticas públicas à população. É comum organizações criminosas ofertarem serviços básicos para obter a cumplicidade da comunidade, sendo o fornecimento de água e luz os mais comuns. Com a ausência intencional do Estado o narcotráfico impera, preponderando os interesses dos gestores e dos agentes políticos que se beneficiam com o tráfico.

AS FACÇÕES CRIMINOSAS E A VIOLÊNCIA URBANA NO ACRE

Até 2011, o Acre não havia registrado a presença de nenhuma facção criminosa. Ente os anos de 2011 e 2013, o PCC iniciou seu processo de organização no Estado e uma célula da organização criminosa foi identificada dentro do complexo prisional Francisco de Oliveira Conde, em Rio Branco. Entre os anos 2015 e 2016 identificou-se a organização do CV no Estado.

Membros do PCC no Acre insatisfeitos com burocracias impostas pela facção criminosa, no que diz respeito ao processo de tomada de decisões, como pedir autorização para matar, romperam com o comando estadual da organização criminosa e alguns presos criaram outra facção denominada Bonde dos Treze – B13.

A guerra pelo controle do tráfico de cocaína e outras drogas em Rio Branco e outras cidades do Acre tem se mostrado como sendo a principal faceta da violência no Estado. Esta batalha urbana objetiva o controle da venda no varejo, mas especialmente, o controle do tráfico na fronteira do Acre com a Bolívia e Peru.

O aumento da violência urbana no Acre está intimamente associado à disputa entre

PCC, aliado do B13 contra CV pelo controle dos pontos de venda de drogas. A administração e o controle das rotas do tráfico envolvem disputas entre estas facções criminosas que mantêm vínculos com empresas da droga no Acre e em outros Estados.

As empresas da droga são empresas regularmente constituídas que exercem outra atividade comercial, tais como, supermercados, postos de combustíveis, transportadoras e revendedoras de automóveis, que servem para o transporte, guarda e distribuição da cocaína, como também para a lavagem do dinheiro do tráfico.

O aumento da violência no Acre possui relação direta com o sucateamento das polícias, indicando ser um processo planejado. O principal fator, nesta análise, é o número do contingente policial para atuar na prevenção e repressão ao tráfico de drogas e na contenção da criminalidade de forma geral.

Insignificante contingente policial, frota de automóveis reduzida ou muito antiga, armamento defasada ou em falta, indisponibilidade de munição, oferecimento de condições mínimas de saúde e segurança para servidores da segurança, unidades policiais em condições precárias de funcionamento contribuem decisivamente para o tráfico na fronteira e nos centros urbanos. Se há carência no que se refere ao aparato policial os interlocutores do tráfico de cocaína têm toda a liberdade para atuar.

O comércio varejista da cocaína e outros derivados da pasta base é a causa da escalada da violência nas cidades do Acre. As facções criminosas PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho) e B13 (Bonde dos Treze) estão presentes em todas as cidades do Estado com maior ou menor grau de organização, a depender da quantidade de droga que é negociada no varejo para consumo. A atividade desenvolvida por estas organizações criminosas representa fato gerador de outros crimes criando uma situação de insegurança bastante evidente na sociedade. A maioria dos delitos cometidos nas cidades, incluindo a capital, de alguma maneira, está associada ao tráfico de cocaína e outras drogas, sendo os principais o homicídio, latrocínio, roubo e furto.

AS ROTAS DA COCAÍNA A PARTIR DO ACRE

O Brasil desempenha papel essencial na exportação de cocaína para a Europa e Estados Unidos, sendo peça fundamental, pois representa o principal corredor para que a cocaína chegue ao destinatário final. Também é fornecedor de precursores químicos para a fabricação das drogas e, de modo preponderante, atua como centro principal de lavagem de dinheiro (MACHADO, 1998).

No Brasil existem o que se denomina de corredores do tráfico, que representam 11 (onze) Estados da federação que fazem fronteira com 10 (dez) países sul-americanos e, portanto, atraem grandes facções nesse lucrativo e interminável comércio, convertendo-se em um modelo de economia criminal que vai além das fronteiras do país. (GOMES; PRADO; DOUGLAS, 2000).

São dois os corredores de entrada de pasta base, cocaína e derivados, provenientes da Bolívia, Peru e Colômbia: a Amazônia e o Centro-Oeste. A preferência por uma das rotas atende às leis de mercado de custo-benefício, como também a possibilidade de menor entrave por parte dos órgãos governamentais de controle, em particular o aparato policial que atua na prevenção

e na repressão.

A rota da Amazônia representa a entrada de cocaína e pasta base pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, sendo a principal para o envio de cocaína em direção aos Estados Unidos e a Europa. A cocaína destinada aos Estados Unidos segue a rota da Venezuela e Cuba, sendo que por Cuba parte da cocaína segue para a Europa.

Parte da cocaína que chega à Europa também segue pela rota das Guianas, que passa pelo Estado de Roraima chegando a Georgetown (Guiana).

Pelo Estado do Amapá a cocaína chega a Caiena (Guina Francesa) e Paramaribo (Suriname), sendo direcionada à Europa. A entrada da cocaína na Guina Francesa é feita pela fronteira dos municípios de Oiapoque-AP e São Jorge do Oiapoque-Guina Francesa.

São duas rotas existentes a partir do Acre que passam pelo Estado de Rondônia pela BR 364 e chegam até Porto Velho, a capital. A partir de Porto Velho-RO, ocorre a bifurcação em duas rotas, uma que vai a Manaus-AM (BR 319) e depois Boa Vista-RR indo até Pacaraima-RR (BR 174) e segue para a Venezuela. Em Boa Vista-RR, a cocaína também pode tomar a rota da Guiana, sendo levada para Georgetown. Esta via segue pela rodovia estadual RR 401, com direção ao município de Bonfim-RR que faz fronteira com a cidade de Lethem, na Guiana, que se comunica com a capital Georgetown pela rodovia Rupunini-Rd. A divisa entre Bonfim-RR e Lethem é feita pelo rio Tacutu, tendo a ponte do rio Tacutu ligando as duas cidades. Em Georgetown está o Porto de George Town que liga o continente à Europa. Esta rota da Guiana é desprovida quase completamente de qualquer fiscalização. Na cidade de Lethem-Guiana existe uma atividade comercial onde se encontra muita mercadoria contrabandeada e de baixo preço.

O Acre representa uma rota importante para o transporte de cocaína, por dois motivos, a facilidade existente para que a droga chega a Venezuela e ao centro do Brasil, e a falta de estrutura mínima na fronteira para repressão ao tráfico.

As rotas do tráfico de cocaína para os Estados Unidos, passando pela Venezuela e Cuba em direção ao México, como também para a Europa pela rota da Guiana representam importantes corredores de exportação, com baixos custos e com incipiente fiscalização.

A outra rota leva a cocaína ao Sudeste do Brasil pela BR 364, passando pelos Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. A BR 364 passa por Cuiabá, capital de Mato Grosso, interior de Minas Gerais e de Goiás e segue pelo interior do Estado São Paulo até chegar a Campinas-SP, o mais importante centro de distribuição de drogas no Brasil e um importante centro de lavagem de dinheiro. As principais organizações criminosas do tráfico de droga do Brasil e do mundo estão sediadas em Campinas-SP.

Parte da cocaína que entra no Acre pelos municípios Acrelândia, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia e Assis Brasil é também direcionada ao Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil, sendo proveniente da Bolívia e do Peru. Nesta região, conhecida como Alto Acre, Assis Brasil é a principal porta de entrada da cocaína proveniente do Peru.

Uma das rotas da cocaína para o Nordeste é via Manaus (AM) – Belém (PA), para em seguida chegar às cidades nordestinas. A rota Manaus (AM) – Belém (PA) utiliza o modal hidroviário preferencialmente, mas a via aérea é também utilizada. Por esta rota a cocaína chega a Macapá-AP de onde é levada para a cidade de Oiapoque-AP, na fronteira com a Guina Francesa

e em seguida direcionada a Caiena para ser transportada para a Europa por voos comerciais ou por via marítima.

A entrada da cocaína no Acre proveniente do Peru, na região do Juruá, é feita preferencialmente pelos municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul. A região do Juruá representa um importante local de acesso para a entrada da cocaína vinda do Peru. A rota Cruzeiro do Sul (AC) – Manaus (AM) utilizada os rios Juruá e Amazonas como principais meios para o escoamento da droga.

Outros rios no Acre servem igualmente como rotas de transporte da cocaína para Manaus-AM, sendo os principais: Juruá, Tarauacá, Envira, Iaco e Purus. O rio Juruá passa pela cidade de Cruzeiro do Sul e desemboca no rio Amazonas. O rio Tarauacá, que passa pela cidade de mesmo nome é tributário do Juruá. O rio Envira passa pela cidade de Feijó-AC, sendo tributário do rio Tarauacá. O rio Iaco passa pela cidade de Sena Madureira e desemboca no Purus. O rio Purus passa pela cidade de Manoel Urbano, sendo tributário do rio Amazonas nas proximidades da cidade de Manacapuru-AM, nas proximidades de Manaus-AM.

Estes rios que passam pelo Estado do Acre são de grande importância como rotas para o tráfico de cocaína e outras drogas com destino a Manaus-AM, principal centro de distribuição de drogas da região amazônica, para o resto do Brasil e para outros países. De Manaus parte da droga é direcionada a Boa Vista-RR para ser levada à Venezuela e à Guiana.

A droga direcionada à Venezuela tem como destino o México, que é um extraordinário mercado consumidor e serve como rota de passagem para os Estados Unidos, o país que mais consome droga no mundo. Parte da droga da Venezuela é também destinada ao Porto de Mariel em Cuba que tem como fim a Europa.

O tráfico de cocaína na Venezuela está intimamente ligado aos interesses políticos do ditador Nicolás Maduro. Desta forma, evidencia-se que a Venezuela é um itinerário prioritário de passagem da cocaína em direção ao México para ser levada aos Estados Unidos. Nicolás Maduro foi condenado criminalmente nos Estados Unidos por narcoterrorismo.

O ditador Maduro e outros membros do alto escalão do governo venezuelano foram acusados pelos EUA de integrar o cartel Los Soles, que atua em conjunto com o grupo terrorista colombiano FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), para levar cocaína para os Estados Unidos.

O grupo narcoterrorista ligado a Maduro foi acusado de facilitar envio de drogas da Venezuela para o México e Estados Unidos, incluindo permitir que o cartel Los Soles operasse aviões a partir de uma base aérea venezuelana.

Grupos terroristas islâmicos (Estado Islâmico, Al-Qaeda e Hezbollah) que participam da administração do governo e dão sustentação ao ditador Nicolás Maduro também participam do tráfico de cocaína para os Estados Unidos e para o Oriente Médio.

O Cartel de Los Soles é um grupo narcoterrorista formado por membros corruptos das Forças Armadas da Colômbia e da Venezuela. É composta por altos oficiais militares que estão intimamente ligados ao crime organizado internacional, participação em atividades criminosas, como tráfico de drogas, mineração ilegal, contrabando de combustível e terrorismo.

A Venezuela representa uma rota bastante atraente para o comércio internacional de drogas visando o continente norte americano via México. Na Venezuela, agentes públicos do alto escalão da segurança pública são encarregados de organizar a transferência de remessas de drogas em navios que circulam por rotas pela Venezuela. A Guarda Nacional da Venezuela trabalha em sintonia com a guerrilha colombiana das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no narcotráfico, disponibilizando bases na Marinha venezuelana para guardar aviões carregados com drogas da Colômbia com destino a outros continentes.

O Cartel de Los Soles é liderado por oficiais do Exército venezuelano e membros do regime ditatorial de Nicolás Maduro em parceria com o cartel mexicano de Sinaloa. O Cartel de Sinaloa encontra-se estabelecido na Venezuela e tem com base de atuação a cidade de Machiques de Perijá, com o apoio do regime de Nicolás Maduro. Desta forma, no tráfico da cocaína direcionada aos Estados Unidos pela rota da Venezuela tem a participação do Cartel de Los Soles, das FARC colombianas e dos Cartel de Sinaloa, conhecido como o mais temido e violento do México.

De acordo com Agência Antidrogas dos Estados Unidos – DEA, o papel do ditador Nicolás Maduro no narcoterrorismo é de fundamental importância para que a Venezuela seja peça chave no tráfico de cocaína destinada aos Estados Unidos, passando pelo México.

Ainda de acordo com a agência americana, o narcotráfico na América Sul conta com a participação de políticos importantes em diversos países, entre os quais: Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru, Nicarágua e Argentina.

A Agência Antidrogas dos Estados Unidos – DEA, define o Foro de São Paulo como a uma organização criminosa terrorista, que tem o controle do narcotráfico no Brasil e participação importante no tráfico de drogas para o mundo a partir do Brasil.

O tráfico de cocaína no Brasil, tanto para o mercado consumidor como para exportação é de crucial importância para o financiamento do movimento socialista na América Latina. México e Brasil são os países basilares deste tráfico. O Brasil é o corredor de exportação da cocaína produzida na Colômbia, Bolívia e Peru. O México é a principal via para a entrada de cocaína nos Estados Unidos. A Venezuela, de modo descarado e com a participação efetiva do governo Maduro, é o entreposto para levar a cocaína para o México. Brasil, Venezuela e México, na atualidade, possuem uma configuração política de narcoestado.

O direcionamento da cocaína para os Estados Unidos faz parte de uma estratégia de confronto para minar a sociedade americana pela droga, isto é, criar um panorama de alto consumo de drogas no país, gerando mecanismos de conflitos sociais internos e, por conseguinte, enfraquecendo as instituições e o próprio Estado, objetivado uma condição de controle e posterior domínio.

A Guerra do Ópio estabelecida pela Inglaterra contra a China, além dos ganhos econômicos, teve a finalidade de drogar a sociedade chinesa para manter o país sob total controle. Na atualidade, países latino-americanos alinhados e apoiados pela China, em particular Brasil, Venezuela, Cuba e México, operam no sentido de levar os Estados Unidos à condição de sociedade com elevado percentual de dependência da droga.

A entrada da pasta base e da cocaína pelo Estado do Acre representa uma rota de grande segurança para o serviço do tráfico, pois possui um sistema de fiscalização extremamente

precário. A atuação dos mais diversos órgãos de segurança (PF, PRF, Polícia Civil, Polícia Militar) é medíocre, limitando-se a ações pontuais nas cidades, numa política de faz de conta, apenas dando batidas em bocas de fumo. Na região da fronteira a fiscalização e o combate ao tráfico é desprovido de condições mínimas de atuação, sendo que desta forma o negócio da cocaína acontece em total descontrole estatal. Com o Estado ausente, de modo intencional, os empresários do tráfico possuem o controle total do mercado na região de fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru e também nos centros urbanos do Acre para implementação do comércio varejista.

Em decorrência do tráfico na fronteira e do fato do Estado ser de grande importância como corredor de exportação para o tráfico nacional e internacional e do consumo local de droga, as cidades do Acre passam a sofrer as implicações diretas da violência social advindas do narcotráfico.

A situação de violência vivida nas cidades do Acre tem relação direta com o tráfico e o consumo de drogas. Nas cidades existem disputas entre as facções criminosas, PCC, CV e B13, pelo controle dos pontos de venda. Esta violência entre as facções reflete diretamente na sensação de insegurança da população, contribuindo também para a ocorrência de outros crimes, tais como, roubo, furto, estelionato, homicídio. A alta taxa de criminalidade no Estado possui vínculo direto com a guerra entre facções criminosas que disputam o controle do tráfico no varejo nos diversos bairros da capital e nas demais cidades do interior.

A situação da criminalidade no Acre reflete diretamente sobre a população que vive em contínua situação de insegurança. As taxas dos crimes de homicídios furtos e roubos no Acre, em particular, na Capital é uma das mais altas do Brasil, ficando acima da média nacional.

O MAPA DA DROGA NA AMAZÔNIA E NO ACRE

A passagem da cocaína pela Amazônia em direção aos principais mercados consumidores do mundo é praticamente obrigatória para o negócio do narcotráfico, quer seja direcionada ao Brasil, aos Estados Unidos ou a Europa.

O Brasil é um dos principais consumidores de cocaína e drogas em geral, do mundo. Desempenha papel importante de beneficiador e é excelente corredor de trânsito. Para isso, diversas modalidades de transportes são utilizadas, seja pelos rios, através de embarcações pequenas ou de porte médio, seja de avião ou pelas rodovias. O que se percebe é que existe uma articulação interligada em rede que se manifesta na produção/distribuição/consumo da droga. Uma das causas do protagonismo do Brasil na questão do tráfico de drogas é a falta de fiscalização nas fronteiras.

A fronteira do Estado do Acre está inserida no contexto de uma área por onde entra uma quantidade significativa de cocaína e outras drogas derivadas da pasta base, sobretudo por ser uma região com baixa presença do Estado na prestação de serviços públicos, em especial de segurança.

A Amazônia está incorporada aos interesses das organizações criminosas narcotraficantes nacionais e internacionais. O Acre é partícipe dessa dinâmica, tanto para tráfico internacional como para distribuição no país para consumo interno.

O narcotráfico na Amazônia mostra-se como um problema grave no que diz respeito à soberania do Estado. Nesse sentido torna-se emblemático ponderar sobre a atuação do Estado para combater o tráfico de drogas na região. No Acre, a conclusão é a de que ações governamentais por meio de políticas públicas são deficitárias.

Pela região Amazônica o negócio do tráfico encontra meios mais seguros de fazer o transporte da droga, com a utilização de diversos sistemas multimodais. Várias rotas interligam a Amazônia brasileira aos países da região andina, produtores de pasta base de cocaína e seus derivados. O transporte de pasta base de coca e outras drogas, originárias dos países andinos até a Amazônia, pode ser feito por rodovias, malha hidroviária e transporte aéreo com utilização de pistas clandestinas.

A Bolívia estabelece conexão geográfica com os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde são utilizadas as rotas terrestres e aéreas. Importante destacar que da Bolívia também partem fluxos de cocaína, que vão em direção ao Estado de Rondônia e Acre por meio de transporte fluvial. Destaca-se que os traficantes constroem pistas de pouso clandestinas no meio da floresta ou em fazendas para descarregar a droga.

A droga produzida na Bolívia entra no Acre pela fronteira com os municípios de Acrelândia, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil. Nesta fronteira o tráfico de cocaína e de pasta base é efetuado por via aérea, terrestre e hidroviária. A BR 364 é a principal via de escoamento da droga no Estado do Acre.

O tráfico de cocaína e outros derivados da pasta base produzidos no Peru tendo como destino a Amazônia brasileira utiliza preferencialmente rotas fluviais em direção aos Estados de Acre e Amazonas. No Acre, o tráfico ocorre, em maior magnitude pelos municípios Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, utilizando uma extensa rede hidrográfica que se liga ao rio Amazonas, por onde a cocaína chega a Manaus-AM e, daí, ainda pelo rio Amazonas vai até Santarém-PA, depois chegando a Macapá-AP e Belém-PA. De Santarém-PA, tendo como ponto de apoio a cidade de Altamira-PA, a droga é distribuída para a região sul do Pará, tendo Marabá-PA como a principal cidade do tráfico, com a utilização do rio Xingu ou pela BR 230 (Rodovia Transamazônica). A partir de Altamira-PA a droga tem como destino as cidades de Marabá-PA, Parauapebas-PA. Da cidade de Marabá-PA a droga é transportada para Imperatriz-MA e para o Estado do Tocantins, tendo como cidades alvos Araguaína e Palmas, podendo chegar ao Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru representa uma área de imensa fragilidade geopolítica por ausência do Estado, isto é, de serviços públicos básico e de uma política efetiva no combate ao tráfico de cocaína, de pasta base de coca e demais drogas derivadas. A fronteira é uma região abandonada onde o tráfico impera na mais completa tranquilidade.

O Acre é um Estado importante na geografia da distribuição da droga para as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste como também para a Venezuela, de onde segue para o México com destino final ao Estados Unidos.

As rotas no Estado do Acre utilizadas pelo narcotráfico podem dispor dos mais diversos

modais, terrestre, aéreo e hidroviário. No Acre está a BR 364 que serve de principal corredor de exportação da cocaína por via terrestre. Esta rodovia vai até Porto Velho-RO onde se bifurca; pela BR 319 segue para Manaus-AM e depois Boa Vista-RR, de onde a cocaína é levada, preferencialmente, para a Venezuela, sendo em seguida direcionada ao México para entrar nos Estados Unidos. De Boa Vista-RR pode também ser distribuída para a Guiana pelas rodovias RR-319 ou pela BR-401, utilizando a cidade de Lethem-Guiana como porta de entrada.

A outra bifurcação é a continuidade de BR 364 que leva a cocaína até o interior de São Paulo, passando pelos Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, sendo direcionada à cidade de Campinas-AP, o principal centro de distribuição e controle de drogas e de lavagem de dinheiro do Brasil. De São Paulo a cocaína e outras drogas é distribuída para outras regiões do país e também para os portos do Nordeste e Sudeste para serem destinados ao exterior.

O tráfico de pasta base e cocaína na fronteira do Acre (Brasil) com a Bolívia e o Peru é uma das principais causas da violência no Estado, principalmente em Rio Branco, a capital. As cidades do Acre, em particular Rio Branco, possuem altos índices de criminalidade de acordo com o Atlas da Violência do IPEA. Em todas as cidades ocorre tráfico de cocaína e outras drogas derivadas da pasta base de coca em maior ou menor escala, o que muito contribui para a ocorrência de outros crimes como homicídios, latrocínio, roubo e furto.

As facções/organizações criminosas PCC (Primeiro Comando da Capital), B13 (Bonde dos Treze) e CV (Comando Vermelho) estão estabelecidas no Acre em quase todos os municípios. Em Rio Branco a guerra pelo controle dos pontos de venda de cocaína e crack entre as facções contribuem decisivamente para uma alta criminalidade na capital e para a sensação de insegurança. A participação policial neste enfrentamento é pequena por falta de condições básicas de trabalho.

Questão relevante é a omissão do Estado para favorecer a dinâmica no sentido de oferecer as condições necessárias para que o tráfico seja realizado de modo tranquilo de sem os atropelos de ações de órgãos estatais. Esta situação não se restringe ao Acre, e dentro de uma visão mais ampliada é possível admitir-se que no Brasil há uma situação institucionalizada nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal. A condição de colocar o Estado como garantidor do tráfico de drogas bem caracteriza o Brasil como um narcoestado.

O tráfico de cocaína e pasta base na fronteira do Acre com o Peru está inserido de maneira especial no contexto da exportação de drogas para os Estados Unidos, pela rota da Venezuela-México. Esta via tem relação íntima com interesses políticos e ideológicos, pois representa a fonte principal de recursos para financiar o movimento socialista na América Latina, tendo como principais países de atuação no tráfico: Brasil, Venezuela, Cuba, México e os principais produtores de cocaína, Bolívia, Peru e Colômbia.

O Foro de São Paulo é a principal organização criminosa terrorista da América Latina envolvida no tráfico de cocaína e outras drogas. Junto ao Foro de São Paulo atuam as organizações terroristas das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) colombianas, do Sendero Luminoso (Peru), dos cacaleros da Bolívia, as organizações terroristas islâmicas (Hezbollah, Estado Islâmico, Al-Qaeda), o cartel de Los Soles que tem como chefe o ditador Nicolás Maduro, e os carteis mexicanos, em especial o de Sinaloa, que se encontra estabelecido na Venezuela, com a aquiescência do ditador venezuelano.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. V.; PEIXOTO, B. T.; F. C. B. Crime Oportunidade e Vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 19, n. 55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a05v1955>. Acesso em: 21/03/2020.
- ARBEX JÚNIOR, José. *Narcotráfico: um jogo de poder nas américas*. São Paulo: Moderna, 2005.
- AVARENA, Francisco R. Panorama da Segurança na América do Sul. In: *Diplomacia, Estratégia e Política: Brasília*, v. 1, n. 2, p. 53 - 77, 2005.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Ed. da Unesp, p. 195 - 224, 2002.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos humanos: coisa de polícia*. Passo Fundo, Rio Grande do Sul: Gráfica Editora Berthier, 2003.
- BARRETO, Menna. *O desafio das drogas e o direito*. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1971.
- BORGES, Fábio. *Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)*. Dissertação. San Tiago Dantas, 2006.
- BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. *Segurança das Fronteiras*. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/atuacao/areas-prioritarias/seguranca-das-fronteiras/>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- CAMPOS, Rui Ribeiro. *Geografia Política das Drogas Ilegais*. Leme: J. H. Mizuno, 2014.
- CASTRO, Helena Salim de. O Combate ao Tráfico de Drogas na Fronteira Brasil-Bolívia (2008-2012). *Rev. Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 196-220.
- DIAS, Michelle G. *Cooperações Bilaterais do Brasil com Bolívia, Colômbia e Peru no Combate ao Tráfico de Drogas Ilícitas*. In: *I Seminário Internacional de Ciência Política*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set. 2015.
- DREYFUS, Pablo. Mapeo del Crimen Organizado de Brasil. In: MATHIEU, H. M; ARREDONDO, P. R. (Eds.) *Anuario 2009 de Seguridad em America Latina y el Caribe*. Bogotá, jun. 2009.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. *Operação Conjunta das Forças Armadas Brasileiras em Coordenação com Outros Órgãos Federais e Estaduais na Faixa de Fronteira da Amazônia para Combater Delitos Transfronteiriços e Ambientais*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/agata/a-operacao>, acesso em 22/03/2020.
- FEITOSA, Gustavo G. P; PINHEIRO, José Augusto O. *Lei do Abate, Guerras às Drogas e Defesa Nacional*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional: Brasília*, Vol. 55, Nº 1, p. 66-92, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292012000100005&script=sci_arttext, acesso em 15/03/2020.
- FISHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GIMENEZ, Heloísa M. *Defesa Nacional, Segurança Pública e Relações Internacionais: uma análise sobre a fronteira Bolívia-Brasil (2005-2014)*. 2015. 493 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- GOMES, Abel Fernandes; PRADO, Geraldo, DOUGLAS William. *Crime organizado: e suas conexões com o poder público, comentários à Lei n. 9.034/95, considerações críticas*. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac.html>, acesso em 05/04/2020.

IDESF – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS. Rotas do crime: as encruzilhadas do contrabando. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Rotas-do-Crime-As-Encruzilhadas-do-Contrabando.pdf>. Acesso em: 30/03/2020.

IPEA. SIPS Defesa Nacional. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/120417_sips_defesanacional.pdf>, acesso em 28/03/2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2019. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em; <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>, acesso em 04/04/2020.

MACHADO, Lia Osório. Região Fronteiras e Redes Ilegais – Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. LIMES – Revista Italiana di Geopolítica. Quaderni Speciali, Suplemento al n. 3/2007, p. 173-183.

MACHADO, Lia Osorio. Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. In: Geopolíticas das Drogas (Textos Acadêmicos); Fundação Alexandre de Gusmão/ MRE, 2011.

MISSE, Michel. Crimes, drogas e políticas. Violência Drogas e sociedade. Ilhéus: Editus, 2006.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS (OBID). Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>. Acesso em: 15/03/2020.

OLIVEIRA, Amancio Jorge de, e ONUKI, Janina. Brasil, MERCOSUL e a segurança regional. Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 43, nº 2, p. 108-129. 2000.

OLIVEIRA, Fernando. Redes narcotraficantes e integração paralela na região amazônica. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PANAM POST – Noticias y Análisis de Las Américas. Lula promueve un golpe de Estado en Brasil. Disponível em: <https://es.panampost.com/editor/2020/04/05/lula-golpe-de-estado-brasil/>, acesso em 08/04/2020.

PANAM POST – Noticias y Análisis de Las Américas. El Cartel de Sinaloa se apropió de una ciudad en Venezuela para operar. Disponível em: <https://es.panampost.com/sabrina-martin/2020/04/07/el-cartel-de-sinaloa-se-apropio-de-una-ciudad-en-venezuela-para-operar/>, acesso em 08/04/2020.

PEREIRA, Paulo. Securitização do Crime Organizado Transnacional nos Estados Unidos na década de 1990. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (s.n.), 2011.

PLATT, Stephen. Capitalismo Criminoso: como as instituições financeiras facilitam o crime. Tradução Celso Roberto Paschoal. São Paulo: Cultrix, 2017.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides C. O Brasil no Contexto do Narcotráfico Internacional. In: Revista Brasileira de Política Internacional: Brasília, Vol. 40, Nº 1, p. 75-122, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n1/v40n1a04.pdf>>, acesso em 02/04/2020.

Relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas. Guerra às Drogas. Disponível em: http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2017/10/GCDP_WaronDrugs_PT.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

RIBEIRO, Walter Antero Gomes. X. A política e a Legislação Brasileira sobre Drogas. IV Fórum Regional de Políticas Públicas Sobre Drogas. Disponível em: < <http://www.forumsobredrogas.org/wp-content/uploads/2013/05/IX.-A-politica-e-a-legislacaobrasileira-sobre-drogas.pdf>>. Acesso em: 20/03/2020.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: o dragão do século XXI. São Paulo: Desatino, 2003.

_____. A Infindável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. In: São Paulo em Perspectiva: São Paulo, n. 16, vol. 02, p. 102-111, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf>>, acesso em 20/03/2020.

_____. Drogas e Guerras. In: LABROUSSE, Alain. Geopolítica das Drogas. São Paulo: Desatino, p. 7-14, 2010.

_____. Narcotráfico e Militarização: vício de guerra. Contexto Internacional, n. 34, p. 09-37, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n1/v34n1a01.pdf>>, acesso em 20/03/2020.

_____. Narcotráfico, uma Guerra na Guerra. São Paulo: Desatino, 2ª Edição, 2014.

ROSA, Pablo Ornelas. Drogas e a governabilidade neoliberal: uma genealogia da redução de danos. Florianópolis: Insular, 2014.

SANTOS, Fernando Corrêa dos. O narcotráfico na região amazônica e as implicações para a segurança internacional. Revista Conjuntura Internacional, Puc Minas, ano 7, n 9, 2012.

SANTOS, Marcelo. O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia. In: SENHORAS, E. M.; CAMARGO, J. F. (Orgs). Coleção Relações Internacionais, Boa Vista: Editora, UFRR, vol. 3, 2011.

SANTOS, Udson Augusto Lima. A globalização do narcotráfico: A influência das convenções internacionais sobre drogas no âmbito da ONU para o combate às drogas e as políticas públicas brasileiras. Monografia. Centro Universitário de Brasília. 2010.

SCHULTZE-KRAFT, Markus. Narcotráfico na América Latina: um novo consenso internacional. Política Exterior. Vol. 22, n. 126 (nov.-dez., 2008), pp. 105-114

SENADO. História do combate às drogas no Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/dependencia-quimica/iniciativas-do-governo-no-combate-as-drogas/historia-do-combate-as-drogas-no-brasil.aspx>. Acesso em 20/03/2020. Acesso 25/03/2020.

SILVA, Juary C. A Macrocriminalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

SILVA, Luiza L. A Questão das Drogas nas Relações Internacionais: uma perspectiva brasileira. Brasília: FUNAG, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador, BA. EDUFBA. 2008.

UNODC - Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. Disponível em <https://www.unodc.org/unodc/index.html>. Acesso em: 28/03/2020.

VALENCIA, León. Drogas, conflito e os EUA: a Colômbia no início do século. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/09.pdf>>. Acesso em: 30 mar, 2020.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Pobreza, cidadania e segurança. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48 (2): 86-110 [2005].

WERNER, Guilherme Cunha. O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. São Paulo. USP, 2009.

Índice Remissivo

A

Acre 2, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60
água 10, 33, 53, 65, 67, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 97, 99
amazônia 44
ambiental 3, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 90, 100
ambiente 3, 25, 28, 34, 35, 36, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 91, 92
aplicativos 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 130, 131

B

Brasil 3, 10, 13, 15, 16, 17, 27, 28, 29, 31, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 78, 82, 83, 91, 92, 94, 95, 100, 101, 102
brasileiro 49, 66, 78, 81, 82, 83, 87, 101

C

capitais 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
científico 42, 70, 74, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 100, 103
cocaína 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60
competências 66, 68, 69, 71, 72, 73, 81
comunicação 13, 37, 72, 106, 108, 109, 110, 114, 117, 124, 130, 133, 134, 135, 136, 137
conflitos 57, 61, 65, 66, 69, 71
conhecimento 37, 39, 72, 87, 88, 90, 91, 95, 100, 108, 109, 110, 112, 120, 124
corrupção 110, 128, 131
covid-19 9, 10, 11, 20, 27, 28, 30, 31
crime 47, 49, 56, 62, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 82
CT&I 86, 87, 94, 97, 100, 103

D

democracia 106, 109, 111, 129, 131, 132
democrático 105, 106, 109, 121
desenvolvimento 37, 48, 66, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 103, 105, 106, 117, 122, 124, 126, 128, 129
diagnóstico 33, 39, 40, 41
direito 29, 61, 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 91, 94, 111
drogas 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

E

econômico 13, 66, 77, 87, 88, 90, 99, 101
efluentes 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84
empresa 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 92, 97, 111
empresarial 33, 35, 37, 53, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 100, 162
empresas 32, 36, 37, 41, 47, 54, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 134, 135, 136, 162
evolução 14, 34

F

fronteira 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61

G

gerencial 130, 133, 134, 135, 137
gestão 28, 34, 38, 39, 40, 41, 90, 97, 102, 108, 117, 120, 121, 124, 129, 130, 162
governamentais 16, 49, 54, 59, 72, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 121, 122, 124, 129, 130
governamental 48, 90, 106, 111, 126, 128, 129
governantes 106, 108, 109, 110, 111, 124, 128
governo 49, 53, 56, 57, 60, 63, 86, 87, 90, 92, 94, 108, 110, 111, 112, 117, 120, 121, 130, 131

H

hídricos 64, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82

I

impostos 9, 10, 11, 12, 17, 27, 28, 30, 92
indústria 32, 34, 76, 81, 83, 84, 90, 91, 93, 94
industriais 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 81, 82
industrial 30, 33, 34, 39, 40, 64, 65, 66, 68, 75, 77, 81, 88, 92
instrumento 28, 105
IPTU 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 27, 28, 30, 31
ISS 10, 11, 12, 13, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30
ITBI 10, 11, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 22, 27, 31

J

jurídica 11, 12, 65, 66, 67, 69, 71, 81

L

legislação 65, 68, 69, 71, 72, 74, 77, 87, 98

M

meio ambiente 25, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 78, 79, 80,

81

móvel 106, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 129, 131

mudança 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

N

negócio 37, 39, 41, 52, 58, 59

O

organização 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 53, 57, 60, 65, 94

organizacional 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 53, 88, 162

P

pandemia 9, 10, 11, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 31

parâmetros 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 109, 119

parque 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104

parque científico 85, 87, 88, 89, 93, 100

parques científicos 86, 88, 89, 92, 93, 94, 100, 102

parques científico-tecnológicos 86, 87, 88, 92, 93, 100

parques tecnológicos 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 102

partidos políticos 44, 46

pasta base 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60

PCT-UTFPR 86, 87, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101

peças 16, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 52, 92, 93, 108, 111, 115

planejamento 18, 28, 36, 39, 101, 106, 108, 133, 134, 135, 136, 137

políticas públicas 10, 28, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 59, 63, 94, 106, 108, 110, 116, 117, 124, 130

poluição 64, 66, 68, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82

população 28, 49, 51, 52, 53, 58, 61, 76, 87, 99, 106, 108, 109, 110, 111, 120, 122, 124, 128, 129

povo 110

problemas 65, 69, 95, 106, 108, 110, 121

processo 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 53, 54, 66, 71, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 90, 96, 97, 100, 103, 106, 109, 111, 117, 121, 122, 124

R

receita 10, 11, 17, 22, 24, 25, 26, 27, 40

regional 30, 62, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 112

resíduos 65, 66, 67

responsabilidade 3, 64, 66, 67, 68, 77, 80, 81

S

sociedade 13, 34, 50, 57, 62, 94, 95, 96, 100, 108, 110, 111, 127, 129, 130

superficial 65, 78

T

tecnológico 36, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 100, 103, 122, 129

tráfico 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62

tributária 11, 17, 28

U

Universidade Tecnológica Federal do Paraná 2, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 98, 100

UTFPR 86, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104

V

violência 43, 45, 47, 53, 54, 58, 60, 61

Organizadora

Ingridi Vargas Bortolaso

Pós-Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela UNISINOS. Doutora em Administração pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Especialista em Gerência de Produção pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e Graduada em Ciências Contábeis pelo Universidade Franciscana - UFN. Atualmente é professora na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), atuando como professora-pesquisadora do Programa de Pós -Graduação em Administração (PPGA) e também é professora na Universidade LaSalle atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais. A pesquisadora tem experiência como gestora empresarial e, também, como analista na interface universidade/Empresa. A pesquisadora é membro dos Grupos de pesquisa: NORI - Núcleo de gestão de operações e relações interorganizacionais UNISC/CNPq; e Grupo de Estudo sobre Redes Interorganizacionais - GeRedes - UNISINOS/CNPq . Seus interesses de pesquisa são: memória organizacional, mapeamento de processos, operações logísticas, coopetition, redes de cooperação e inovação, redes de relacionamento, pequenas e médias empresas e práticas de gestão. <https://orcid.org/0000-0003-4881-1091>

